Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

ANDORRA HOLDINGS S.A. 2
COLUMBUS HOLDINGS SA 4

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 129 • Número 57 **Página 2**
São Paulo, quarta-feira, 27 de março de 2019

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Andorra Holdings S.A.

CNPJ 08.503.501/0001-00
Sede: Núcleo Cidade de Deus - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Andorra Holdings S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou Lucro Líquido de R$ 41.834 mil, Patrimônio Líquido de R$ 189.938 mil e Ativos Totais de R$ 192.012 mil. A Assembleia deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Em 30 de abril de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R$ 5.800 mil, aumentando de R$ 94.200 mil para R$ 100.000 mil, sem cancelamento de ações.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 30 de janeiro de 2019.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	2018	2017
CIRCULANTE	**86.798**	**44.173**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	86.798	42.871
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 12b)	-	1.302
NÃO CIRCULANTE	**105.214**	**105.907**
Realizável a Longo Prazo	**4.318**	**2.806**
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 12b)	4.318	2.806
IMOBILIZADO (Nota 6)	**100.896**	**103.101**
Propriedade para Investimento	126.986	126.986
Depreciação Acumulada	(26.090)	(23.885)
TOTAL	**192.012**	**150.080**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	2017
CIRCULANTE	**2.074**	**212**
Impostos e Contribuições a Recolher	1.580	147
Dividendos a Pagar (Nota 7d)	397	-
Outras Obrigações	97	65
NÃO CIRCULANTE	**-**	**1.367**
Provisão para Impostos e Contribuições	-	1.367
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**189.938**	**148.501**
Capital Social (Nota 7a)	100.000	94.200
Reservas de Lucros (Nota 7c)	89.938	54.301
TOTAL	**192.012**	**150.080**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS	**48.538**	**42.492**
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	2.165
Outras Receitas Operacionais (Nota 6)	48.538	40.327
DESPESAS OPERACIONAIS	**(4.154)**	**(3.430)**
Despesas Tributárias (Nota 9)	(1.773)	(1.481)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 10)	(176)	(112)
Depreciações (Nota 6)	(2.205)	(1.837)
RESULTADOS FINANCEIROS	**4.101**	**8.645**
Receitas Financeiras (Nota 8)	4.101	8.645
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	**48.485**	**47.707**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 12a)	**(6.651)**	**(7.178)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**41.834**	**40.529**
Número de ações	259.170.723	259.170.723
Lucro líquido básico por lote de mil ações em R$	161,41	156,38

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**48.485**	**47.707**
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	**1.995**	**(672)**
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	(2.165)
Depreciação	2.205	1.837
Juros, Variações Monetárias Líquidas	(210)	(344)
Lucro Líquido Ajustado	**50.480**	**47.035**
Redução/Aumento em Tributos a Compensar	(575)	2.557
Redução em Créditos Tributários	-	22
(Redução)/Aumento em Outras Obrigações	34	(2)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(6.012)	(5.793)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	**43.927**	**43.819**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Dividendos Recebidos de Controlada	-	146.669
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	**-**	**146.669**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	-	(177.000)
Redução de Capital	-	(140.000)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	**-**	**(317.000)**
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**43.927**	**(126.512)**
Início do Exercício	42.871	169.383
Fim do Exercício	86.798	42.871
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**43.927**	**(126.512)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**141.500**	**89.145**	**21.544**	**169.196**	**9**	**-**	**421.394**
Aumento de Capital (Nota 7a)	92.700	(89.145)	-	(3.555)	-	-	-
Redução de Capital (Nota 7a)	(140.000)	-	-	-	-	-	(140.000)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	40.529	40.529
Resultado de Incorporação	-	-	-	-	-	3.114	3.114
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	(9)	-	(9)
Dividendos Intermediários Pagos	-	-	-	(169.198)	-	(7.329)	(176.527)
Destinações: - Reservas	-	-	2.182	34.132	-	(36.314)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**94.200**	**-**	**23.726**	**30.575**	**-**	**-**	**148.501**
Aumento de Capital (Nota 7a)	5.800	-	-	(5.800)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	41.834	41.834
Destinações: - Reservas	-	-	2.092	39.345	-	(41.437)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(397)	(397)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**100.000**	**-**	**25.818**	**64.120**	**-**	**-**	**189.938**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	**41.834**	**40.529**
Resultado de Incorporação	-	3.114
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(9)
Total do Resultado Abrangente do Exercício	**41.834**	**43.634**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Andorra Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, compra e venda e locação de bens próprios e a participação em outras sociedades, como cotista ou acionista. A Andorra Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 30 de janeiro de 2019.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustados para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC e IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Instrumentos financeiros

No ano de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39): (i) mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

2.6) Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

As propriedades para investimentos são registradas pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, pelo método linear à taxa que levam em consideração o tempo e a vida útil econômica estimada dos bens. A Companhia revisa periodicamente a estimativa da vida útil e valor residual das propriedades para investimentos.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível a aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.

Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou da vida útil são capitalizados, enquanto que os demais são registrados no resultado do período. O valor recuperável das propriedades por meio das operações futuras é acompanhado periodicamente.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão da participação da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada na data da aquisição. O ágio originado na incorporação de controladas é incluído no valor da propriedade para investimento.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*Impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.9) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.10) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.11) Imposto de Renda e Contribuição Social (ativo e passivo)

A Companhia adota o regime de tributação pelo lucro presumido (32% da receita bruta, acrescido das receitas financeiras), que é uma forma de apuração simplificada para determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas. Os referidos tributos são calculados considerando à alíquota de 15% sobre a base do lucro presumido, acrescido do adicional de 10% para o IRPJ e à alíquota de 9% para a CSLL.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro presumido do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

2.12) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor de mercado, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se a taxa anual de 4% para edificações.

Anualmente é realizada a avaliação de *impairment* para imóveis da Companhia a fim de identificar possíveis indícios de perda pela redução ao valor recuperável.

2.13) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro 2018	2017
Disponibilidades em moeda nacional (1)	5	6
Fundos de investimentos financeiros (2)	86.793	42.865
Total de caixa e equivalentes de caixa	**86.798**	**42.871**

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização Bradesco ou companhias a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) IMOBILIZADO

	Taxa (média) de depreciação (a.a.%) (1)	Custo	Depreciação acumulada	Custo líquido	Valor de mercado
				Em 31 de dezembro	
Propriedade para investimento					
Edificações	4%	119.117	(26.090)	93.027	750.680
Terrenos	-	7.869	-	7.869	-
Total em 31 de dezembro de 2018		**126.986**	**(26.090)**	**100.896**	**750.680**
Total em 31 de dezembro de 2017		**126.986**	**(23.885)**	**103.101**	**662.930**

(1) O método para depreciação das edificações é o linear.

As propriedades para investimento são representadas por imóveis locados às empresas da Organização Bradesco e, conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia optou por avaliar tais imóveis ao custo histórico deduzido da depreciação acumulada e por redução ao valor recuperável, se aplicável.

A Companhia divulga o valor de mercado das propriedades para investimento, que foi elaborado, adotando-se o "Parecer Técnico", previsto da "Norma NBR-14653" da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, pela empresa Engebanc - Engenharia e Serviços Ltda. em 2018.

Adicionalmente, é realizada anualmente a avaliação do *impairment* para os imóveis da Companhia a fim de identificar possíveis indícios de perda pela redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018 a avaliação realizada não apontou perda no valor de mercado dos imóveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as despesas de depreciação relacionadas a estes imóveis totalizaram R$ 2.205 (2017 - R$ 1.837) e as receitas de aluguel montam R$ 48.538 (2017 - R$ 40.327).

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro 2018	2017
Ordinárias	259.170.723	259.170.723
Total	**259.170.723**	**259.170.723**

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 30 de abril de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R$ 5.800, elevando-o de R$ 94.200 para R$ 100.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária", de acordo com o dispositivo no Parágrafo primeiro do artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 24 de abril de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R$ 92.700, elevando-o de R$ 141.500 para R$ 234.200, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo das contas "Reserva de Capital" e Reserva de Lucros Estatutária", de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 24 de abril de 2017, deliberou-se reduzir o Capital Social no valor de R$ 140.000, reduzindo-o de R$ 234.200 para R$ 94.200, sem cancelamento de ações, o "*caput*" do Artigo 6º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação "Artigo 6º O Capital Social é de R$ 94.200.

b) Reservas de capital

A reserva de capital é composta por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações e de incorporações. Tais reservas são utilizadas, principalmente, para aumentar o capital social.

continua...

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 27 de março de 2019 às 00:42:47.

...continuação

Andorra Holdings S.A.

CNPJ 08.503.501/0001-00
Sede: Núcleo Cidade de Deus - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2018	**2017**
Reservas de lucros	**89.938**	**54.301**
- Reserva legal (1)	25.818	23.726
- Reserva estatutária (2)	64.120	30.575

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

d) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% (um por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado nos termos da lei societária. A assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2018 e 2017 estão demonstrados a seguir:

			Em 31 de dezembro	
	2018	**% (1)**	**2017**	**% (1)**
Lucro líquido do exercício	**41.834**		**40.529**	
Reserva legal	2.092		(2.182)	
Base de cálculo	**39.742**		**38.347**	
Dividendos mínimos obrigatórios (2)	-		383	
Total dos dividendos	**397**	**1,0**	**-**	**1,0**

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo; e
(2) Dividendos pagos antecipadamente em março de 2017.

Em reunião da Diretoria realizada em 17 de março de 2017, deliberou-se o pagamento de dividendos no valor de R$ 177.000, conforme segue: (i) R$ 122.332 à conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária"; (ii) R$ 47.339 por conta do lucro do Exercício de 2016; e (iii) R$ 7.329 como antecipação do resultado do exercício de 2017, sendo o pagamento efetuado em 17 de março de 2017.

8) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	**2017**
Rendimento de aplicações em fundos de investimento financeiros	3.891	8.301
Juros ativos sobre impostos a compensar	210	344
Total	**4.101**	**8.645**

9) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	**2017**
Cofins	1.456	1.210
PIS	316	262
Outras	1	9
Total	**1.773**	**1.481**

10) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	**2017**
Serviços de terceiros	100	21
Editais e publicações	76	91
Total	**176**	**112**

11) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2018		**2017**	
	Ativo (passivo)	**Receitas (despesas)**	**Ativo (passivo)**	**Receitas (despesas)**
Caixa e equivalentes de caixa:				
Banco Bradesco S.A.	5	-	6	-
Receitas de aluguel		**48.538**		**40.327**
Banco Bradesco S.A.	-	46.476	-	38.492
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	-	470	-	390
BF Promotora de Vendas Ltda.	-	480	-	1.131
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	-	1.112	-	314
Dividendos a pagar	**397**			
Miramar Holdings S.A.	182	-	-	-
Nova Paiol Participações Ltda.	215	-	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração
A companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

12) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) O Imposto de Renda e a Contribuição Social calculados com base no lucro presumido, no montante de R$ 4.884 (2017 - R$ 5.226), e R$ 1.767 (2017 - R$ 1.952) respectivamente, foram provisionados e registrados no resultado do exercício.

b) Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R$ 4.318 (2017 - R$ 4.108), referem-se a imposto de renda de exercícios anteriores.

13) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017;

b) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis de natureza relevantes;

c) CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 está em vigor desde 1º de janeiro de 2018 e não houve impactos decorrentes da sua adoção;

d) CPC 06 (R2) - *Leasing* (IFRS 16) - As principais alterações são: (i) não há mais a classificação em *leasing* operacional e financeiro para os arrendatários; e (ii) todas as operações de arrendamento mercantil serão ativadas e em contrapartida lançadas no passivo, devendo-se reconhecer juros passivos e depreciações/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual *leasing* financeiro. O CPC 06 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia não identificou contratos de arrendamento em suas operações; e

e) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

A DIRETORIA

Marcelo da Silva Rego – Contador – CRC-1SP301478/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Andorra Holdings S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Andorra Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Andorra Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Ouvidoria

Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade e transparência, disponibiliza um canal direto de comunicação com a sociedade.

www. imprensaoficial.com.br

io | ouvidoria

ouvidoria@imprensaoficial.com.br
Rua da Mooca, 1921
Cep: 03103 - 902 São Paulo
www.imprensaoficial.com.br/ouvidoria.aspx
(11) 2799 9687

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

ANDORRA HOLDINGS S.A. 2
COLUMBUS HOLDINGS SA 4

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — GOVERNO DO ESTADO — documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 27 de março de 2019 às 00:44:24.

Jornal Valor --- Página 3 da edição "27/03/2019 1a CAD E" ---- Impressa por MPamplona às 26/03/2019@08:28:42:pm

Andorra Holdings S.A.

CNPJ 08.503.501/0001-00
Sede: Núcleo Cidade de Deus - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Andorra Holdings S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou Lucro Líquido de R$ 41.834 mil, Patrimônio Líquido de R$ 189.938 mil e Ativos Totais de R$ 192.012 mil. A Assembleia deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Em 30 de abril de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R$ 5.800 mil, aumentando de R$ 94.200 mil para R$ 100.000 mil, sem cancelamento de ações.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 30 de janeiro de 2019.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	2018	2017
CIRCULANTE	**86.798**	**44.173**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	86.798	42.871
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 12b)	-	1.302
NÃO CIRCULANTE	**105.214**	**105.907**
Realizável a Longo Prazo	**4.318**	**2.806**
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 12b)	4.318	2.806
IMOBILIZADO (Nota 6)	**100.896**	**103.101**
Propriedade para Investimento	126.986	126.986
Depreciação Acumulada	(26.090)	(23.885)
TOTAL	**192.012**	**150.080**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	2017
CIRCULANTE	**2.074**	**212**
Impostos e Contribuições a Recolher	1.580	147
Dividendos a Pagar (Nota 7d)	397	-
Outras Obrigações	97	65
NÃO CIRCULANTE	**-**	**1.367**
Provisão para Impostos e Contribuições	-	1.367
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**189.938**	**148.501**
Capital Social (Nota 7a)	100.000	94.200
Reservas de Lucros (Nota 7c)	89.938	54.301
TOTAL	**192.012**	**150.080**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS	**48.538**	**42.492**
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	2.165
Outras Receitas Operacionais (Nota 6)	48.538	40.327
DESPESAS OPERACIONAIS	**(4.154)**	**(3.430)**
Despesas Tributárias (Nota 9)	(1.773)	(1.481)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 10)	(176)	(112)
Depreciações (Nota 6)	(2.205)	(1.837)
RESULTADOS FINANCEIROS	**4.101**	**8.645**
Receitas Financeiras (Nota 8)	4.101	8.645
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	**48.485**	**47.707**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 12a)	**(6.651)**	**(7.178)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**41.834**	**40.529**
Número de ações	259.170.723	259.170.723
Lucro líquido básico por lote de mil ações em R$	161,41	156,38

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**48.485**	**47.707**
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	**1.995**	**(672)**
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	(2.165)
Depreciação	2.205	1.837
Juros, Variações Monetárias Líquidas	(210)	(344)
Lucro Líquido Ajustado	**50.480**	**47.035**
Redução/Aumento em Tributos a Compensar	(575)	2.557
Redução em Créditos Tributários	-	22
(Redução)/Aumento em Outras Obrigações	34	(2)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(6.012)	(5.793)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	**43.927**	**43.819**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Dividendos Recebidos de Controlada	-	146.669
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	**-**	**146.669**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	-	(177.000)
Redução de Capital	-	(140.000)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	**-**	**(317.000)**
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**43.927**	**(126.512)**
Início do Exercício	42.871	169.383
Fim do Exercício	86.798	42.871
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**43.927**	**(126.512)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**141.500**	**89.145**	**21.544**	**169.196**	**9**	**-**	**421.394**
Aumento de Capital (Nota 7a)	92.700	(89.145)	-	(3.555)	-	-	-
Redução de Capital (Nota 7a)	(140.000)	-	-	-	-	-	(140.000)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	40.529	40.529
Resultado de Incorporação	-	-	-	-	-	3.114	3.114
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	(9)	-	(9)
Dividendos Intermediários Pagos	-	-	-	(169.198)	-	(7.329)	(176.527)
Destinações: - Reservas	-	-	2.182	34.132	-	(36.314)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**94.200**	**-**	**23.726**	**30.575**	**-**	**-**	**148.501**
Aumento de Capital (Nota 7a)	5.800	-	-	(5.800)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	41.834	41.834
Destinações: - Reservas	-	-	2.092	39.345	-	(41.437)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(397)	(397)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**100.000**	**-**	**25.818**	**64.120**	**-**	**-**	**189.938**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	**41.834**	**40.529**
Resultado de Incorporação	-	3.114
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(9)
Total do Resultado Abrangente do Exercício	**41.834**	**43.634**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

6) IMOBILIZADO

	Taxa (média) de depreciação (a.a.%) (1)	Custo	Depreciação acumulada	Custo líquido	Valor de mercado
		Em 31 de dezembro			
Propriedade para investimento					
Edificações	4%	119.117	(26.090)	93.027	750.680
Terrenos	-	7.869	-	7.869	-
Total em 31 de dezembro de 2018		**126.986**	**(26.090)**	**100.896**	**750.680**
Total em 31 de dezembro de 2017		**126.986**	**(23.885)**	**103.101**	**662.930**

(1) O método para depreciação das edificações é o linear.

As propriedades para investimento são representadas por imóveis locados às empresas da Organização Bradesco e, conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia optou por avaliar tais imóveis ao custo histórico deduzido da depreciação acumulada e por redução ao valor recuperável, se aplicável.

A Companhia divulga o valor de mercado das propriedades para investimento, que foi elaborado, adotando-se o "Parecer Técnico", previsto da "Norma NBR-14653" da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, pela empresa Engebanc - Engenharia e Serviços Ltda. em 2018.

Adicionalmente, é realizada anualmente a avaliação do *impairment* para os imóveis da Companhia a fim de identificar possíveis indícios de perda pela redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018 a avaliação realizada não apontou perda no valor de mercado dos imóveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as despesas de depreciação relacionadas a estes imóveis totalizaram R$ 2.205 (2017 - R$ 1.837) e as receitas de aluguel montam R$ 48.538 (2017 - R$ 40.327).

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro 2018	2017
Ordinárias	259.170.723	259.170.723
Total	**259.170.723**	**259.170.723**

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 30 de abril de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R$ 5.800, elevando-o de R$ 94.200 para R$ 100.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária", de acordo com o dispositivo no Parágrafo primeiro do artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 24 de abril de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R$ 92.700, elevando-o de R$ 141.500 para R$ 234.200, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo das contas "Reserva de Capital" e Reserva de Lucros Estatutária", de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 24 de abril de 2017, deliberou-se reduzir o Capital Social no valor de R$ 140.000, reduzindo-o de R$ 234.200 para R$ 94.200, sem cancelamento de ações, o "*caput*" do Artigo 6º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação "Artigo 6º O Capital Social é de R$ 94.200.

b) Reservas de capital

A reserva de capital é composta por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações e de incorporações. Tais reservas são utilizadas, principalmente, para aumentar o capital social.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro 2018	2017
Reservas de lucros	**89.938**	**54.301**
- Reserva legal (1)	25.818	23.726
- Reserva estatutária (2)	64.120	30.575

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

d) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% (um por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado nos termos da lei societária. A assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2018 e 2017 estão demonstrados a seguir:

	2018	% (1)	2017	% (1)
			Em 31 de dezembro	
Lucro líquido do exercício	**41.834**		**40.529**	
Reserva legal	2.092		(2.182)	
Base de cálculo	**39.742**		**38.347**	
Dividendos mínimos obrigatórios (2)	-		383	
Total dos dividendos	**397**	**1,0**	**-**	**1,0**

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo; e

(2) Dividendos pagos antecipadamente em março de 2017.

Em reunião da Diretoria realizada em 17 de março de 2017, deliberou-se o pagamento de dividendos no valor de R$ 177.000, conforme segue: (i) R$ 122.332 à conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária"; (ii) R$ 47.339 por conta do lucro do Exercício de 2016; e (iii) R$ 7.329 como antecipação do resultado do exercício de 2017, sendo o pagamento efetuado em 17 de março de 2017.

8) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2018	2017
Rendimento de aplicações em fundos de investimento financeiros	3.891	8.301
Juros ativos sobre impostos a compensar	210	344
Total	**4.101**	**8.645**

9) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2018	2017
Cofins	1.456	1.210
PIS	316	262
Outras	1	9
Total	**1.773**	**1.481**

10) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2018	2017
Serviços de terceiros	100	21
Editais e publicações	76	91
Total	**176**	**112**

11) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	2018 Ativo (passivo)	2018 Receitas (despesas)	2017 Ativo (passivo)	2017 Receitas (despesas)
	Exercícios findos em 31 de dezembro			
Caixa e equivalentes de caixa:				
Banco Bradesco S.A.	5	-	6	-
Receitas de aluguel		**48.538**		**40.327**
Banco Bradesco S.A.	-	46.476	-	38.492
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	-	470	-	390
BF Promotora de Vendas Ltda.	-	480	-	1.131
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	-	1.112	-	314
Dividendos a pagar	**397**			
Miramar Holdings S.A.	182	-	-	-
Nova Paiol Participações Ltda.	215	-	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

12) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) O Imposto de Renda e a Contribuição Social calculados com base no lucro presumido, no montante de R$ 4.884 (2017 - R$ 5.226), e R$ 1.767 (2017 - R$ 1.952) respectivamente, foram provisionados e registrados no resultado do exercício.

b) Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R$ 4.318 (2017 - R$ 4.108), referem-se a imposto de renda de exercícios anteriores.

13) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017;

b) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis de natureza relevantes;

c) CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 está em vigor desde 1º de janeiro de 2018 e não houve impactos decorrentes da sua adoção;

d) CPC 06 (R2) - *Leasing* (IFRS 16) - As principais alterações são: (i) não há mais a classificação em *leasing* operacional e financeiro para os arrendatários; e (ii) todas as operações de arrendamento mercantil serão ativadas e em contrapartida lançadas no passivo, devendo-se reconhecer juros passivos e depreciações/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual *leasing* financeiro. O CPC 06 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia não identificou contratos de arrendamento em suas operações; e

e) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Andorra Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, compra e venda e locação de bens próprios e a participação em outras sociedades, como cotista ou acionista. A Andorra Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 30 de janeiro de 2019.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustados para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC e IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Instrumentos financeiros

No ano de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39): (i) mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

2.6) Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

As propriedades para investimentos são registradas pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, pelo método linear à taxa que levam em consideração o tempo e a vida útil econômica estimada dos bens.

A Companhia revisa periodicamente a estimativa da vida útil e valor residual das propriedades para investimentos.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível a aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.

Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou da vida útil são capitalizados, enquanto que os demais são registrados no resultado do período. O valor recuperável das propriedades por meio das operações futuras é acompanhado periodicamente.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão da participação da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada na data da aquisição. O ágio originado na incorporação de controladas é incluído no valor da propriedade para investimento.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*Impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.9) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.10) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.11) Imposto de Renda e Contribuição Social (ativo e passivo)

A Companhia adota o regime de tributação pelo lucro presumido (32% da receita bruta, acrescido das receitas financeiras), que é uma forma de apuração simplificada para determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas. Os referidos tributos são calculados considerando à alíquota de 15% sobre a base do lucro presumido, acrescido do adicional de 10% para o IRPJ e à alíquota de 9% para a CSLL.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro presumido do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

2.12) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor de mercado, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se a taxa anual de 4% para edificações.

Anualmente é realizada a avaliação de *impairment* para imóveis da Companhia a fim de identificar possíveis indícios de perda pela redução ao valor recuperável.

2.13) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
	Em 31 de dezembro	
Disponibilidades em moeda nacional (1)	5	6
Fundos de investimentos financeiros (2)	86.793	42.865
Total de caixa e equivalentes de caixa	**86.798**	**42.871**

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização Bradesco ou companhias a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

A DIRETORIA

Marcelo da Silva Rego – Contador – CRC-1SP301478/O-1

continua...

...continuação

Andorra Holdings S.A.

CNPJ 08.503.501/0001-00
Sede: Núcleo Cidade de Deus - Osasco - SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da
Andorra Holdings S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Andorra Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Andorra Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de março de 2019

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

State Grid Brazil Power Participações S.A.

CNPJ/MF n° 26.002.119/0001-97 - NIRE 35.300.503.678

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 25/07/2018

1. Data, Hora e Local de Realização: Em 25/07/2018, às 10:00h, na sede da **State Grid Brazil Power Participações S.A.,** localizada na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Gustavo Armbrust, n° 36, 10° andar, Vila Nova Campinas, CEP 13092-106 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Conforme o Artigo 124, Parágrafo 4º, da Lei n° 6.404/76, conforme alterada, foi dispensada a convocação, tendo em vista a presença do procurador das acionistas representantes de 100% do capital social da Companhia. **3. Composição da Mesa:** As acionistas indicaram para presidir a mesa o Sr. Zhongjiao Chang, o qual convidou o Sr. Rodrigo Martins Duarte para secretariar a mesa. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a indicação de novo membro da Diretoria da Companhia. **5. Deliberações:** As acionistas aprovaram, por unanimidade e sem reservas, a indicação do Sr. Bo Wen, chinês, casado, administrador, portador do passaporte chinês n° PE0602516, residente e domiciliado na Rua Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 225, Jardim Madalena, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13091-611, como membro da Diretoria da Companhia, para ocupar o cargo de Diretor Presidente, com prazo de mandato de 3 anos, contados a partir da sua posse. A posse do Sr. Bo Wen está condicionada à concessão de sua autorização de trabalho e visto temporário com poderes de gestão por parte das autoridades de imigração brasileiras. **6. Encerramento:** Como nada mais havia a ser tratado, o Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual foi lida e foi aprovada pela totalidade dos presentes. **7. Assinaturas:** Presidente da Mesa: Sr. Zhongjiao Chang; Secretário da Mesa: Sr. Rodrigo Martins Duarte. Acionistas: **International Grid Holdings Limited,** p.p. Zhongjiao Chang; e **Top View Grid Investment Limited,** p.p. Zhongjiao Chang. A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. São Paulo, 25/07/2018. **Zhongjiao Chang -** Presidente da Mesa; **Rodrigo Martins Duarte -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 388.733/18-4 em 20/08/2018. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

State Grid Brazil Power Participações S.A.

CNPJ/MF n° 26.002.119/0001-97 - NIRE 35.300.503.678

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 19/11/2018

Data, Hora e Local: Em 19/11/2018, às 10:00h, na sede da **State Grid Brazil Power Participações S.A.,** localizada na Cidade de Campinas/SP, na Rua Gustavo Armbrust, 36, 10º andar, Vila Nova Campinas, CEP 13092-106 ("Companhia"). **Quorum:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, de acordo as assinaturas do "Livro de Presença de Acionistas". **Convocação:** Conforme o Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, a convocação foi dispensada, tendo em vista a presença do procurador dos acionistas representando 100% do capital social da Companhia. **Mesa:** As acionistas indicaram para presidir a mesa o Sr. Zhongjiao Chang, o qual convidou o Sr. Pedro Salgueiro Figueiredo para secretariar a mesa. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a autorização para que o Diretor da Companhia, Sr. Zhongjiao Chang, represente a Companhia isoladamente na Oferta Pública de Aquisição de Ações Ordinárias da CPFL Energias Renováveis S.A. ("Oferta"), podendo praticar todo e qualquer ato e assinar todo e qualquer documento relacionado à Oferta. **Deliberações:** Independemente das disposições do Estatuto Social da Companhia, as acionistas aprovaram, por unanimidade e sem reservas, a autorização para que o Diretor da Companhia, Sr. Zhongjiao Chang, represente a Companhia isoladamente na Oferta Pública de Aquisição de Ações Ordinárias da CPFL Energias Renováveis S.A. ("Oferta"), podendo praticar todo e qualquer ato e assinar todo e qualquer documento relacionado à Oferta, incluindo, mas não se limitando, a qualquer contrato, formulário, ordem de compra ou documento emitido pelo Santander (Brasil) S.A., Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como ninguém mais desejasse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata. **Assinaturas:** Presidente da Mesa: Sr. Zhongjiao Chang; Secretário da Mesa: Sr. Pedro Salgueiro Figueiredo. Acionistas: International Grid Holdings Limited, p.p. Zhongjiao Chang; e Top View Grid Investment Limited, p.p. Zhongjiao Chang. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Campinas, 19/11/2018. **Zhongjiao Chang -** Presidente da Mesa; **Pedro Salgueiro Figueiredo -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 135.137/19-6 em 01/03/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EDITAL

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (HCFMUSP)
DIVISÃO DE MATERIAL – NÚCLEO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (NILO)

Encontra-se aberto pelo HCFMUSP, o EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO **nº 164/19, Processo Administrativo nº 1688097/2018**, Oferta de Compra **n° 092301090572019OC00260**, tipo menor preço, para **aquisição de Conjunto de Perfuradores e Serras Cirúrgicas** para uso em procedimentos cirúrgicos no Instituto de Ortopedia e Traumatologia, cuja sessão pública será aberta no dia **09/04/2019 às 9 horas**, no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br. O edital, na íntegra, estará disponível no(s) endereço(s) eletrônico(s) www.bec.sp.gov.br – opção "edital" e www.imprensaoficial.com.br – opção "e-negociospublicos" ou, em versão impressa, no Expediente do NILO, 2° andar do Prédio da Administração na Rua Dr. Ovídio Pires de Campos, 225, Cerqueira César, São Paulo-SP, das 8 às 16 horas, no valor de R$10,00 (dez reais), a partir do dia **26/03/2019. Pregoeiro designado: Debora Fil de Lellis e Suplentes.**

Magazine Luiza S.A.°

magazineluiza vem ser feliz — MGLU3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

Companhia Aberta

CNPJ/MF: 47.960.950/0001-21 - NIRE: 35.3.0010481.1

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 03 de Maio de 2018

Data, Hora e Local: Aos 03 (três) dias do mês de maio de 2018, às 10:00 horas, na sala de reuniões do Escritório de Negócios São Paulo, localizado na Rua Amazonas da Silva, nº 27, Vila Guilherme, São Paulo-SP ("Companhia"). **Convocação e Presenças:** Convocados os membros do Conselho de Administração, na forma do Estatuto Social da Companhia, sendo registrada a presença da totalidade de seus membros. **Composição da Mesa:** Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, na qualidade de Presidente e Sr. Marcelo José Ferreira e Silva, na qualidade de Secretário. **Deliberações:** Pela unanimidade dos votos dos membros do Conselho de Administração presentes, foram tomadas as seguintes deliberações, sem reservas ou ressalvas: **1) Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao 1º (primeiro) trimestre de 2018:** Os membros do Conselho de Administração manifestaram-se favoravelmente sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao 1º (primeiro) trimestre de 2018. Os membros do Conselho de Administração autorizaram a divulgação das Demonstrações Financeiras mediante a remessa à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e à BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. **Encerramento:** Foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada na forma do Estatuto Social, foi assinada pelos Conselheiros presentes. Conselheiros presentes: Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues; Marcelo José Ferreira e Silva; Carlos Renato Donzelli; Inês Corrêa de Souza, José Paschoal Rossetti; Betania Tanure de Barros e Silvio Romero de Lemos Meira. São Paulo/SP, 03 de maio de 2018. Certifico que o presente documento é o extrato da ata lavrada em livro próprio, com a transcrição das deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 142, da Lei 6.404/76. São Paulo/SP, 03 de maio de 2018. **Marcelo José Ferreira e Silva -** Secretário; *Lélio Marcos Rodrigues Bertoni - OAB/SP 258.194*. **JUCESP** nº 268.395/18-4 em 07/06/2018. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

BR PETROBRAS — MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA — PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF Nº 33.000.167/0001-01
NIRE Nº 33300032061

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras convoca os acionistas da Companhia para se reunirem em **Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária** no dia **25 de abril de 2019,** às **15:00 horas**, no auditório do Edifício-Sede, na Avenida República do Chile nº 65, 1º andar, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias:

Assembleia Geral Ordinária

I. Tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Relatório Anual 2018 e das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;
II. Proposta de Orçamento de Capital relativo ao exercício de 2019;
III. Proposta para a Destinação do Resultado do exercício de 2018;
IV. Destituição de membro do Conselho de Administração eleito pelo acionista controlador;
V. Eleição de 5 (cinco) membros do Conselho de Administração indicados pelo acionista controlador e de 1 (um) membro do Conselho de Administração indicado pelos empregados da Companhia;
VI. Eleição do Presidente do Conselho de Administração;
VII. Eleição de 5 (cinco) membros do Conselho Fiscal, dentre os quais 1 (um) pelos acionistas ordinaristas minoritários e 1 (um) pelos titulares de ações preferenciais, ambos através do processo de eleição em separado, e respectivos suplentes; e
VIII. Fixação da remuneração dos administradores, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros dos Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração.

Assembleia Geral Extraordinária

I. Proposta de reforma do Estatuto Social da Petrobras para alterar os artigos 3º, 16, 18, 19, 20, 21, 25, 29, 30, 32, 34, 35, 36, 40, 52, 58 e 63 do Estatuto Social, e consequente consolidação do Estatuto Social, conforme proposta da Administração arquivada nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Companhia.

O percentual mínimo de participação no capital social necessário à requisição da adoção do voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração na Assembleia Geral Ordinária é de 5% (cinco por cento) do capital votante, conforme Instrução CVM nº 165, de11 de dezembro de 1991 com a redação que lhe deu a Instrução CVM nº 282, de 26 de junho de 1998. A faculdade para requerer a adoção do processo de voto múltiplo deverá ser exercida nos termos estabelecidos no § 1º do artigo 141 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

A pessoa presente às Assembleias deverá provar a sua qualidade de acionista, nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Desejando ser representado, o acionista deverá atender aos preceitos do parágrafo 1º do artigo 126 da referida Lei e do artigo 13 do Estatuto Social da Petrobras, exibindo os seguintes documentos: **(i)** Documento de identidade do representante; **(ii)** Procuração com poderes especiais do representado com firma reconhecida em cartório (original ou cópia autenticada); **(iii)** Cópia do contrato/estatuto social do representado ou do regulamento do fundo, se aplicável; **(iv)** Cópia do termo de posse ou de documento equivalente que comprove os poderes do outorgante da procuração, se aplicável.

Solicita-se que os acionistas representados por procuradores depositem, com antecedência mínima de três dias úteis, os documentos acima elencados na sala 1002 (Atendimento ao Acionista) do Edifício-Sede. Para aqueles que apresentarão a documentação no dia das Assembleias, a Companhia informa que estará apta a recebê-la desde as 11 horas, no local onde as reuniões serão realizadas.

O exercício do direito de voto no caso do empréstimo de ações ficará a cargo do tomador do empréstimo, exceto se o contrato firmado entre as partes dispuser de forma diversa.

A Companhia informa que as instruções para o voto a distância, de que trata a Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, bem como, os requisitos, impedimentos e a documentação que deverá ser apresentada para indicação de membros para os Conselhos de Administração e Fiscal constam do Manual das Assembleias.

Encontra-se à disposição dos acionistas, **na sala 1002 (Atendimento ao Acionista)** do Edifício-Sede da Companhia, e nos endereços eletrônicos da Companhia **(http://www.investidorpetrobras.com.br)** e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM **(http://www.cvm.gov.br),** toda a documentação pertinente às matérias que serão deliberadas nestas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, nos termos da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2019
Eduardo Bacellar Leal Ferreira
Presidente do Conselho de Administração

State Grid Brazil Power Participações S.A.

CNPJ/MF nº 26.002.119/0001-97 - NIRE 35.300.503.678

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 14/08/2018

Data, Hora e Local de Realização: Em 14/08/2018, às 10:00h, na sede da **State Grid Brazil Power Participações S.A.**, localizada na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Gustavo Armbrust, 36, 10º andar, Vila Nova Campinas, CEP 13092-106 ("Companhia"). **Quorum:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Convocação e Presença:** Conforme o Artigo 124, Parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, foi dispensada a convocação, tendo em vista a presença do procurador das acionistas representantes de 100% do capital social da Companhia. **Composição da Mesa:** As acionistas indicaram para presidir a mesa o Sr. Zhongjiao Chang, o qual convidou o Sr. Rodrigo Martins Duarte para secretariar a mesa. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) o aumento do capital social da Companhia; (ii) a alteração da redação da cláusula 4 do Estatuto social da Companhia para refletir o aumento de capital; e (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** As acionistas aprovaram, por unanimidade e sem reservas, nos termos do Estatuto Social da Companhia: (a) Aumentar o capital social da Companhia, atualmente de R$27.277.399.230,00, dividido em 27.277.399.230 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00 cada, totalmente subscrito e integralizado, para R$29.165.194.230,00, dividido em 29.165.194.230 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00 cada, um aumento, portanto, de R$1.887.795.000,00, mediante a emissão de 1.887.795.000 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00 cada. A totalidade das ações emitidas são subscritas neste ato pela sócia **International Grid Holdings Limited** mediante a assinatura do boletim de subscrição Anexo I à presente ata. Todas as ações subscritas são integralizadas, neste ato, em moeda corrente pela sócia **International Grid Holdings Limited,** por meio da utilização dos recursos provenientes dos Contratos de Câmbio listados no Anexo II; (b) Aprovar a alteração da Cláusula 4 do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir a integralização e o aumento de capital ora aprovado, passando a vigorar com a seguinte nova redação: **"Cláusula 4 -** O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R$29.165.194.230,00, dividido em 29.165.194.230 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00 cada. **Parágrafo Primeiro -** A Assembleia Geral deverá decidir sobre o aumento ou redução do capital social da Companhia, bem como a emissão e colocação de ações, sejam ordinárias ou preferenciais, fixando seus preços de emissão. **Parágrafo Segundo -** Cada ação ordinária dá o direito de 1 voto nas deliberações da Assembleia Geral e são indivisíveis perante a Companhia, a qual reconhecerá um único proprietário para cada ação.". (c) Consolidar o Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com redação indicada no Anexo III. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como ninguém mais desejasse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata. **Assinaturas:** Presidente da Mesa: Sr. Zhongjiao Chang; Secretário da Mesa: Sr. Rodrigo Martins Duarte. Acionistas: **International Grid Holdings Limited,** p.p. Zhongjiao Chang; e **Top View Grid Investment Limited,** p.p. Zhongjiao Chang. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Campinas, 14/08/2018. Zhongjiao Chang - Presidente da Mesa; Rodrigo Martins Duarte - Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 488.272/18-0 em 11/10/2018. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral. **Anexo III - "Estatuto Social da State Grid Brazil Power Participações S.A. Denominação e Sede: Cláusula 1 -** A Companhia denomina-se State Grid Brazil Power Participações S.A. **Parágrafo Único:** A Companhia terá sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 726, conjunto 1.207, sala 04, Bela Vista, CEP 01310-910, podendo abrir outras filiais em qualquer parte do território federal ou exterior, conforme seus interesses e por deliberação das sócias que representem a maioria do capital social. **Objeto: Cláusula 2 -** O objeto da Companhia é a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou sob qualquer outra forma. **Duração: Cláusula 3 -** O prazo de duração da Companhia será por tempo indeterminado. **Capital Social: Cláusula 4 -** O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R$29.165.194.230,00, dividido em 29.165.194.230 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00 cada. **Parágrafo Primeiro -** A Assembleia Geral deverá decidir sobre o aumento ou redução do capital social da Companhia, bem como a emissão e colocação de ações, sejam ordinárias ou preferenciais, fixando seus preços de emissão. **Parágrafo Segundo -** Cada ação ordinária dá o direito de 1 voto nas deliberações da Assembleia Geral e são indivisíveis perante a Companhia, a qual reconhecerá um único proprietário para cada ação. **Administração: Cláusula 5 -** A Companhia será administrada por uma Diretoria constituída de no mínimo 2 e no máximo 10 diretores, acionistas ou não, residentes no país. Os diretores serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária, sendo um deles eleito como Diretor Presidente e os demais como Vice-Presidentes ou Diretores sem designação específica, de acordo com as deliberações dos Acionistas da Companhia. **Cláusula 6 -** O mandato da Diretoria será de 3 anos, estendendo-se de uma a outra Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, sendo permitida a reeleição. O Diretor Presidente e os Diretores deverão permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores, podendo ser reeleitos. **Parágrafo Único -** O montante global ou individual da remuneração da Diretoria será fixado pela Assembleia Geral que os eleger, de acordo com a legislação vigente. **Cláusula 7 -** Competirá à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes às atividades vinculadas ao objeto social da Companhia, salvo aqueles para os quais, por lei ou pelo presente Estatuto Social, a competência seja atribuída à Assembleia Geral. Os poderes da Diretoria incluirão, entre outros, os suficientes para: (i) assegurar o cumprimento da lei e deste Estatuto Social; (ii) assegurar a realização das deliberações da Assembleia Geral e da Diretoria; (iii) administrar, gerir e comandar os negócios sociais de acordo com a lei e este Estatuto Social; (iv) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; e (v) distribuir as funções da administração da Companhia entre seus membros. **Parágrafo Primeiro -** Respeitadas as limitações contidas na Cláusula 11, a Companhia será representada judicialmente ou extrajudicialmente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, assim como perante autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais da seguinte forma: (i) Pelo Diretor Presidente apenas quando se tratar de qualquer ato ou negócio envolvendo valores até R$1.000.000,00; ou (ii) Pelo Diretor Presidente juntamente com um dos Vice-Presidentes, quando se tratar de qualquer ato ou negócio envolvendo valores acima de R$1.000.000,00; ou (iii) Por dois procuradores, expressamente autorizados e investidos com poderes especiais, de acordo com as normas do Parágrafo Segundo deste artigo. **Parágrafo Segundo -** O Diretor Presidente individualmente - quando se referirem a negócios relacionados ao "Parágrafo 1º (i)" acima -, ou o Diretor Presidente em conjunto com um dos Vice-Presidentes - para casos que envolvam valores previstos no "Parágrafo 1º (ii)" do presente artigo -, poderão constituir, em nome da Companhia, procuradores com poderes especiais, ou com poderes de cláusulas ad negotia ou ad judicia, especificando nos instrumentos de nomeação os atos e ações que poderão ser praticados. As procurações deverão ser outorgadas pelo período limitado de, no máximo, um ano, sendo vedado o substabelecimento, com exceção de (i) procurações "*ad judicia*" e "*ad judicia et extra*", com relação as quais é permitido o substabelecimento e a outorga por prazo indeterminado, e (ii) procurações outorgadas a instituições financeiras, as quais podem vigorar pelo período determinado nos respectivos contrato(s) financeiro(s). **Cláusula 8 -** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mas pelo menos uma vez por ano, sob a presidência do Diretor Presidente ou, na sua ausência, de algum diretor escolhido na ocasião. **Parágrafo Primeiro -** As Assembleia serão sempre convocadas pelo Diretor Presidente ou dois Diretores Vice-Presidentes. Haverá quórum quando estiverem presentes o Diretor Presidente juntamente com, pelo menos, dois Diretores Vice-Presidentes. **Parágrafo Segundo -** As deliberações da Diretoria serão registradas em atas lavradas em livro próprio e serão tomadas com a aprovação de pelo menos um voto do Diretor Presidente juntamente ao de dois Diretores Vice-Presidentes. **Cláusula 9 -** Os atos de qualquer Diretor, funcionário ou advogado da Companhia, que envolva a Companhia em qualquer obrigação ou dívida relacionadas a negócios ou operações estranhos ao objeto social da Companhia, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros são expressamente vedados pelo presente instrumento, sendo considerados nulos e inoperantes em relação à Companhia, salvo quando expressamente autorizados pelos acionistas em assembleia. **Assembleias Gerais: Cláusula 10 -** A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á anualmente dentro dos quatro primeiros meses após o fim do exercício social, sendo que a ela competirá: (i) discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras; (ii) eleger e empossar os membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes e estabelecer-lhes a remuneração; e (iii) eleger e empossar a Diretoria, quando for o caso, e estabelecer a remuneração de seus membros. **Cláusula 11 -** A Assembleia Feral Extraordinária de Acionistas será realizada sempre que convocada pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal ou pelos acionistas, nas hipóteses previstas em lei, sendo que nela serão discutidas e deliberadas as matérias constantes de seu edital de convocação, especialmente em relação a: (i) qualquer emissão, oferta, aquisição, transferência ou oneração de quaisquer valores mobiliários; (ii) autorização para os Diretores executarem liquidação ou dissolução da empresa, bem como declararem falência ou pedirem recuperação judicial ou extrajudicial; (iii) qualquer alteração deste Estatuto Social; (iv) qualquer plano de negócios, plano ou ajuste de orçamento, e plano de distribuição de dividendos; (v) qualquer aumento ou diminuição do capital social, autorizado ou subscrito; (vi) qualquer investimento, aquisição, incorporação ou fusão; (vii) qualquer plano de financiamento ou assunção de qualquer dívida envolvendo valores superiores aos previsto no plano de financiamento aprovado; (viii) a disposição sobre qualquer bens ou ativos que envolvam valores superiores a R$500.000,00; (ix) a constituição ou transferência de ônus reais, concessão de garantias e renúncia de direitos; (x) abertura ou fechamento de contas bancárias; e (xi) eleição de membros da Diretoria a qualquer tempo. **Cláusula 12 -** A Assembleia Geral dos Acionistas será convocada pelo Diretor Presidente, o qual, depois de aberta a sessão, passará a direção dos trabalhos ao acionista eleito para presidi-la, o qual constituirá a Mesa convidando um dos presentes para atuar como Secretário. Independentemente das formalidades legais exigidas para sua convocação, a Assembleia Geral dos Acionistas será considerada regular e válida quando à mesma comparecem a totalidade dos acionistas. **Conselho Fiscal: Cláusula 13 -** O Conselho Fiscal da Companhia, caso esteja em funcionamento, será composto por até 3 membros efetivos e 3 suplentes, e funcionará em caráter provisório, devendo ser composto, instalado e remunerado de acordo com a legislação em vigor. **Exercício Social, Balanço e Lucro: Cláusula 14 -** O exercício social da Companhia terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Cláusula 15 -** Ao fim de cada exercício social, as demonstrações financeiras serão lavradas de acordo com as disposições da lei. A Companhia poderá, a critério exclusivo da Diretoria, preparar demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou mais frequentes, de acordo com as disposições da lei. **Cláusula 16 -** Desde que as reservas legais estejam constituídas, caberá à Assembleia Geral dos Acionistas deliberar sobre a destinação dos lucros. **Liquidação: Cláusula 17 -** A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, caso em que competirá à Assembleia Geral dos Acionistas estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar durante o período de liquidação. **Cláusula 18 -** Nos casos omissos ou duvidosos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes. **Foro: Cláusula 19 -** Qualquer disputa relacionada ao contrato social ou alterações, será submetida ao Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.".

State Grid Brazil Power Participações S.A.

CNPJ/MF nº 26.002.119/0001-97 - NIRE 35.300.503.678

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 01 de novembro de 2018

Data, Hora e Local de Realização: Em 1/11/2018, às 10:00h, na sede da **State Grid Brazil Power Participações S.A.**, localizada na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Gustavo Armbrust, 36, 10° andar, Vila Nova Campinas, CEP 13092-106 ("Companhia"). **Quorum:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Convocação e Presença:** Conforme o Artigo 124, Parágrafo 4º, da Lei n° 6.404/76, conforme alterada, foi dispensada a convocação, tendo em vista a presença do procurador das acionistas representantes de 100% do capital social da Companhia. **Composição da Mesa:** As acionistas indicaram para presidir a mesa o Sr. Zhongjiao Chang, o qual convidou o Sr. Rodrigo Martins Duarte para secretariar a mesa. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) o aumento do capital social da Companhia; (ii) a alteração da redação da cláusula 4 do Estatuto social da Companhia para refletir o aumento de capital; e (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** As acionistas aprovaram, por unanimidade e sem reservas, nos termos do Estatuto Social da Companhia: (a) Aumentar o capital social da Companhia, atualmente de R$29.165.194.230,00, dividido em 29.165.194.230 dividido em 29.165.194.230 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00 cada, totalmente subscrito e integralizado, para R$29.347.106,730.00, dividido em 29.347.106,730 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00 cada, um aumento, portanto, de R$181.912.500,00, mediante a emissão de 181.912.500 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00 cada. A totalidade das ações emitidas são subscritas neste ato pela sócia **International Grid Holdings Limited** mediante a assinatura do boletim de subscrição Anexo I à presente ata. Todas as ações subscritas são integralizadas, neste ato, em moeda corrente pela sócia **International Grid Holdings Limited,** por meio da utilização dos recursos provenientes dos Contratos de Câmbio listados no Anexo II; (b) Aprovar a alteração da Cláusula 4 do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir a integralização e o aumento de capital ora aprovado, passando a vigorar com a seguinte nova redação: **"Cláusula 4 -** O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R$29.347.106.730,00, dividido em 29.347.106.730 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00 cada. **Parágrafo Primeiro -** A Assembleia Geral deverá decidir sobre o aumento ou redução do capital social da Companhia, bem como a emissão e colocação de ações, sejam ordinárias ou preferenciais, fixando seus preços de emissão. **Parágrafo Segundo -** Cada ação ordinária dá o direito de 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral e são indivisíveis perante a Companhia, a qual reconhecerá um único proprietário para cada ação." (c) Consolidar o Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com redação indicada no Anexo III. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como ninguém mais desejasse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata. **Assinaturas:** Presidente da Mesa: Sr. Zhongjiao Chang; Secretário da Mesa: Sr. Rodrigo Martins Duarte. Acionistas: **International Grid Holdings Limited,** p.p. Zhongjiao Chang; e **Top View Grid Investment Limited,** p.p. Zhongjiao Chang. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Campinas, 01/11/2018. Zhongjiao Chang - Presidente. Rodrigo Martins Duarte - Secretário. **JUCESP** nº 4.867/19-1 em 10/01/2019. Flávia R.Britto Gonçalves - Secretária Geral. **"Estatuto Social da State Grid Brazil Power Participações S.A. Denominação e Sede:** Cláusula 1 - A Companhia denomina-se **State Grid Brazil Power Participações S.A. - Parágrafo Único** - A Companhia terá sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista n° 726, conjunto 1,207, sala 04, Bela Vista, CEP01310-910, podendo abrir outras filiais em qualquer parte do território federal ou exterior, conforme seus interesses e por deliberação das sócias que representem a maioria do capital social. **Objeto - Cláusula 2 -** O objeto da Companhia é a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou sob qualquer outra forma. **Duração - Cláusula 3 -** O prazo de duração da Companhia será por tempo indeterminado. **Capital Social - Cláusula 4 -** O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R$29.347.106.730,00, dividido em 29.347.106.730 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00 cada. **Parágrafo Primeiro -** A Assembleia Geral deverá decidir sobre o aumento ou redução do capital social da Companhia, bem como a emissão e colocação de ações, sejam ordinária ou preferenciais, fixando seus preços de emissão. **Paragrafo Segundo -** Cada ação ordinaria dá direito de 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral e são indivisíveis perante a Companhia, a qual reconhecerá um único proprietário para cada ação. **Administração - Cláusula 5 -** A Companhia será administrada por uma Diretoria constituída de no mínimo 2 e no máximo 10 diretores, acionistas ou não, residentes no país. Os diretores serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária, sendo um deles eleito como Diretor Presidente e os demais como Vice-Presidentes ou Diretores sem designação específica, de acordo com as deliberações dos Acionistas da Companhia. **Cláusula 6 -** O mandato da Diretoria será de 3 anos, estendendo-se de uma a outra Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, sendo permitida a reeleição. O Diretor Presidente e os Diretores deverão permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores, podendo ser reeleitos. **Parágrafo Único -** O montante global ou individual da remuneração da Diretoria será fixado pela Assembleia Geral que os eleger, de acordo com a legislação vigente. **Cláusula 7 -** Competirá à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes as atividades vinculadas ao objeto social da Companhia, salvo aqueles para os quais, por lei ou pelo presente Estatuto Social, a competência seja atribuída a Assembleia Geral. Os poderes da Diretoria incluirão, entre outros, os suficientes para: (i) assegurar o cumprimento da lei e deste Estatuto Social; (ii) assegurar a realização das deliberações da Assembleia Geral e da Diretoria; (iii) administrar, gerir e comandar os negócios sociais de acordo com a lei e este Estatuto Social (iv) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; e (v) distribuir as funções da administração da Companhia entre seus membros. **Parágrafo Primeiro -** Respeitadas as limitações contidas na Cláusula 11, a Companhia será representada judicialmente ou extra judicialmente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, assim como perante autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais da seguinte forma: (i) Pelo Diretor Presidente apenas quando se tratar de qualquer ato ou negócio envolvendo valores até R$1.000.000,00; ou (ii) Pelo Diretor Presidente juntamente com um dos Vice-Presidentes, quando se tratar de qualquer ato ou negócio envolvendo valores acima de R$1.000.000,00; ou (iii) Por dois procuradores, expressamente autorizados e investidos com poderes especiais, de acordo com as normas do Parágrafo Segundo deste artigo. **Parágrafo Segundo -** O Diretor Presidente individualmente - quando se referirem a negócios relacionados ao "Parágrafo 1° (i)" acima -, ou o Diretor Presidente em conjunto com um dos Vice-Presidentes - para casos que envolvam valores previstos no "Parágrafo 1º (ii)" do presente artigo -, poderão constituir, em nome da Companhia, procuradores com poderes especiais, ou com poderes de cláusulas ad negotia ou ad judicia, especificando nos instrumentos de nomeação os atos e ações que poderão ser praticados. As preocupações deverão ser outorgados pelo período limitado de, no máximo, um ano, sendo vedado o substabelecimento, com exceção de (i) procurações "*ad judicia*" e "*ad judicia et extra*", com relação as quais é permitido o substabelecimento e a outorga por prazo indeterminado; e (ii) procurações outorgadas a instituições financeiras, as quais podem vigorar pelo período determinado nos respectivos contrato(s) financeiro(s). **Cláusula 8 -** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mas pelo menos uma vez por ano, sob a presidência do Diretor Presidente ou, na sua ausência, de algum diretor escolhido na ocasião. **Parágrafo Primeiro -** As Assembleia serão sempre convocadas pelo Diretor Presidente ou dois Diretores Vice-Presidentes. Haverá quórum quando estiverem presentes o Diretor Presidente juntamente com, pelo menos, dois Diretores Vice-Presidentes. **Parágrafo Segundo -** as deliberações da Diretoria serão registradas em atas lavradas em livro próprio e serão tomadas com a aprovação de pelo menos um voto do Diretor Presidente juntamente ao de dois Diretores Vice-Presídentes. **Cláusula 9 -** Os atos de qualquer Diretor, funcionário ou advogado da Companhia, que envolva a Companhia em qualquer obrigação ou dívida relacionadas a negócios ou operações estranhos ao objeto social da Companhia, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros são expressamente vedados pelo presente instrumento, sendo considerados nulos e inoperantes em relação à Companhia, salvo quando expressamente autorizados pelos acionistas em assembleia. **Assembleias Gerais - Cláusula 10 -** A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á anualmente dentro dos quatro primeiros meses após o fim do exercício social, sendo que a ela competirá; (i) discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras; (ii) eleger e empossar os membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes e estabelecer-lhes a remuneração; e (iii) eleger e empossar a Diretoria, quando for o caso, e estabelecer a remuneração de seus membros. **Cláusula 11 -** A Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas será realizada sempre que convocada pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal ou pelos acionistas, nas hipóteses previstas em lei, sendo que nela serão discutidas e deliberadas as matérias constantes de seu edital de convocação, especialmente em relação a: (i) qualquer emissão, oferta, aquisição, transferência ou oneração de quaisquer valores mobiliários; (ii) autorização para os Diretores executarem liquidação ou dissolução da empresa, bem como declararem falência ou pedirem recuperação judicial ou extrajudicial; (iii) qualquer alteração deste Estatuto Social: (iv) qualquer plano de negócios, plano ou ajuste de orçamento, e plano de distribuição de dividendos; (v) qualquer aumento ou diminuição do capital social, autorizado ou subscrito; (vi) qualquer investimento, aquisição, incorporação ou fusão; (vii) qualquer plano de financiamento ou assunção de qualquer dívida envolvendo valores superiores aos previsto no plano de financiamento aprovado; (viii) a disposição sobre qualquer bens ou ativos que envolvam valores superiores a R$500.000,00 (quinhentos mil reais); (ix) a constituição ou transferência de ônus reais, concessão de garantias e renúncia de direitos; (ix) abertura ou fechamento de contas bancárias; e (xi) eleição de membros da Diretoria a qualquer tempo. **Cláusula 12 -** A Assembleia Geral dos Acionistas será convocada pelo Diretor Presidente, o qual, depois de aberta a sessão, passará a direção dos trabalhos ao acionista eleito para presidi-la, o qual constituirá a Mesa convidando um dos presentes para atuar como Secretário, independentemente das formalidades legais exigidas para sua convocação, a Assembleia Geral dos Acionistas será considerada regular e válida quando a mesma comparecem a totalidade dos acionistas. **Conselho Fiscal - Cláusula 13 -** O Conselho Fiscal da Companhia, caso esteja em funcionamento, sera composto por até 3 membros efetivos e 3 suplentes, e funcionará em caráter provisório, devendo ser composto, instalado e remunerado de acordo com a legislação em vigor. **Exercício Social, Balanço e Lucro - Cláusula 14 -** O exercício social da Companhia terá início em 1° de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Cláusula 15 -** Ao fim de cada exercício social, as demonstrações financeiras serão lavradas de acordo com as disposições da lei. A Companhia poderá, a critério exclusivo da Diretoria, preparar demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou mais frequentes, de acordo com as disposições da lei. **Cláusula 16 -** Desde que as reservas legais estejam constituídas, caberá à Assembleia Geral dos Acionistas deliberar sobre a destinação dos lucros. **Liquidação - Cláusula 17 -** A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, caso em que competirá à Assembleia Geral dos Acionistas estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar durante o período de liquidação. **Cláusula 18 -** Nos casos omissos ou duvidosos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes. **Foro - Cláusula 19 -** Qualquer disputa relacionada ao contrato social ou alterações, será submetida ao Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja".